



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**UM OBSERVATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA A LONGEVIDADE: INICIATIVA PARAENSE
PARA TODA A SOCIEDADE**

**Silvia M.M. Costa, Carmen Pineda Nebot, Jones Nogueira Barros, Ticiane Santos, Plinio
Victor Cardoso Moreira**

[CHAMADA ESPECIAL] Os desafios da Política de Longevidade

UM OBSERVATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA A LONGEVIDADE: INICIATIVA PARAENSE PARA TODA A SOCIEDADE

X EBAP - Encontro Brasileiro de Administração Pública
Tema "Inovação em Administração Pública é criar valor para a sociedade"
Realização 5, 6 e 7 de junho de 2023 em Brasília, DF
<https://sbap.org.br/ebap2023/>

Resumo: O aumento da expectativa de vida no mundo é uma das maiores conquistas atuais, sendo o Brasil um dos países que segue essa tendência de envelhecimento global, embora mais rapidamente do que os outros. Este envelhecimento da população provoca muitas mudanças de natureza social, econômica, de saúde ou políticas que tornam necessárias políticas públicas específicas. Para auxiliar e acompanhar tanto a elaboração quanto a implementação dessas políticas um grupo de investigadores criou o Observatório Paraense de Longevidade, objeto da presente comunicação. A metodologia utilizada é de natureza descritiva com uma mistura de pesquisa documental e de observação participante. Consideramos a necessidade de criação de um observatório neste estado do norte do país, não só para melhorar a situação dos idosos, mas também para combater as desigualdades territoriais existentes.

Palavras-chave: Idosos; Envelhecimento; Observatórios; Políticas Públicas; Observatório Paraense de Longevidade.

Introdução

O aumento da expectativa de vida no mundo é uma das maiores conquistas atuais. Conforme apontava a OMS em seu Relatório Mundial sobre Saúde e Envelhecimento (2015), naquele ano a população mundial de idosos já era de aproximadamente 900 milhões, o que representava 12,3% da população total, estimando-se que em 2050 será de 21,5% da população mundial. O Brasil é um dos países que segue essa tendência de envelhecimento global, embora mais rapidamente do que os outros. Levando em consideração que em 1950 o número de idosos com 65 anos ou mais era de 14 milhões e em 2020 mais de 72 milhões e espera-se que em 2100 seja de 881 milhões, o que representará 22,6% da população brasileira. Ou seja, em 2030 espera-se que o número de idosos no Brasil ultrapasse o total de crianças (Ministério da Saúde, 2018).

Este envelhecimento da população provoca muitas mudanças de natureza social, econômica, de saúde ou política, além de tornar necessária a aprovação de políticas públicas voltadas para este segmento da população, segmento muitas vezes esquecido ou desprezado.

Essas políticas públicas devem levar em conta não apenas as necessidades de um grupo populacional não homogêneo, mas também as fortes desigualdades pessoais e territoriais vivenciadas no Brasil. Isso pode ser observado não apenas nas diferenças de

expectativa de vida entre as regiões Sul e Sudeste e Norte e Nordeste, mas também em seus índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida. Para auxiliar e acompanhar tanto a elaboração quanto a implementação de políticas para o envelhecimento no Estado do Pará, um grupo de pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Gestão Social e Desenvolvimento Local (GESDEL) da Universidade da Amazônia (UNAMA) criou o Observatório Paraense da Longevidade, objeto desta comunicação.

A comunicação está dividida em várias seções, na primeira falamos sobre os observatórios e os observatórios voltados à longevidade, ao envelhecimento e às pessoas idosas para então explicar o modelo e funcionamento do Observatório Paraense da Longevidade. Por fim, indicaremos algumas reflexões que nos parecem pertinentes.

A metodologia utilizada é da natureza descritiva com uma mistura de pesquisa bibliográfica e observacional sem intervenção. A pesquisa descritiva é um tipo de investigação que busca descrever um objeto de estudo, neste caso, os observatórios de idosos.

Os Observatórios

O monitoramento e a vigilância sobre todas as questões relevantes para um país contam com mecanismos cada vez mais desenvolvidos pelos avanços científicos e tecnológicos, principalmente com o surgimento da internet e seus dispositivos facilitadores do trabalho e das interações online em diversas áreas do conhecimento.

Assim é, por exemplo, com as políticas públicas que requerem disseminação de informações, monitoramento e avaliação, sejam políticas públicas de qualquer setor, sejam demandas sociais de toda natureza.

A década de 1990 testemunhou o aumento do número de observatórios de políticas públicas em várias localidades do mundo a partir da preocupação em articular problemas e soluções para realidades locais. Inicialmente, os observatórios se destinavam a fatores relacionados à natureza, depois passando a ter como objetivo os fenômenos sociais.

Principalmente criados por instituições acadêmicas, movimentos sociais, organizações não governamentais e governos, os observatórios visam proporcionar acesso a dados e informação e a democratizar o controle social das políticas públicas.

Embora tenham características comuns e ajam por meio da produção e difusão de conhecimentos sobre as políticas públicas, esses observatórios elegem objetivos e estratégias que se relacionam com o contexto onde são implementados. (Morais, 2018)

Em tese de doutorado sobre arranjos produtivos locais, Trzeciak (2009) identifica quais são, em termos gerais, os “benefícios e funções dos observatórios” a partir de achados de diferentes autores, que trazemos aqui em parte:

(...) fomentar o conhecimento e difundi-lo tanto em âmbito nacional quanto internacional; dar maior visibilidade à produção científica nacional; fortalecer a

capacidade investigativa nacional; contribuir para a elaboração de metodologias de pesquisa e estudo em inovação; contribuir para a elaboração de indicadores de C,T&I. (Ordóñez, 2002 apud Trzeciak, 2009)

Outros benefícios de observatórios citados por Trzeciak (2009) foram descritos por Siqueira e Carvalho (2003) em “estudo realizado para identificar observatórios na área de saúde”. Os autores citados por Trzeciak “constatarem que a principal característica destes observatórios está relacionada ao fato de funcionarem como centros de informação”. Os observatórios investigados consideram como objetivos a coleta e o tratamento e difusão de informações relacionadas à saúde. Na pesquisa há um destaque para o funcionamento do observatório “como uma rede de pessoas, que partilham agendas políticas e metas, desenvolvendo ações direcionadas a mudanças políticas, sociais, tecnológicas e outras, em nível regional, nacional e internacional. Salientam que as experiências identificadas são resultado de iniciativas governamentais e não governamentais.”. Sendo estes benefícios correlatos às características do observatório objeto do presente estudo, o Observatório Paraense de Longevidade.

O presente trabalho reafirma os benefícios analisados pelos autores citados e considera que um observatório é um lócus de geração, manutenção, organização e disseminação de informação, conhecimentos, dados e indicadores.

Observatórios voltados à longevidade, ao envelhecimento e às pessoas idosas

Os Observatórios da área de longevidade surgem da necessidade de se dar resposta ao desafio do envelhecimento populacional, realçado pela pandemia de COVID-19, e para melhorar a prestação de cuidados, disseminação de informação, conhecimentos e dados à população adulta mais velha.

Alguns exemplos de observatórios no Brasil são:

A) Olhe – Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento <https://olhe.org.br/>

Em dezembro de 2006 um grupo do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento (NEPE), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) criou o observatório com a finalidade de disseminar o conhecimento qualificado sobre o envelhecimento e a longevidade humana. O OLHE é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, administrado por uma diretoria multiprofissional, especialista em gerontologia, eleita a cada três anos, composta por oito membros que planejam e executam as suas ações.

Pretendendo com isso converter-se em uma referência como agente de transformação e renovação das práticas sociais que estimulem e sustentem um envelhecer com futuro.

Tendo como princípios:

- Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não fará distinção alguma quanto à raça, cor, língua, gênero, condição social, deficiência, orientação sexual, credo político ou religioso, podendo desenvolver atividades próprias, sem qualquer discriminação;

- Apoiar atividades que estimulem projetos pedagógicos voltados para a construção, fortalecimento e ampliação do pensamento reflexivo e crítico referente à concepção da velhice, elaborada na sociedade contemporânea;
- Promover, organizar, contribuir, e/ou apoiar, financeira ou institucionalmente a realização de eventos de interesse;
- Criar, editar, distribuir produtos educacionais, tecnológicos e/ou científicos relacionados aos seus objetivos sociais, tais como, cursos, seminários, palestras, publicações, vídeos, exposições, jornais, revistas, boletins, teses, cartilhas, livros e revistas científicas, entre outros;
- Firmar convênios, cooperações técnicas e institucionais, parcerias, intercâmbio e outras relações não estranhas ao seu fim social com organismos públicos e/ou privados, brasileiros e/ou estrangeiros nas áreas de comum interesse.

Nestes anos implementaram vários projetos:

- Em 2009 o projeto Condomínio Amigo do Idoso, em parceria com o Banco Real, formando porteiros e zeladores para o cuidado com a pessoa idosa residente em seus condomínios.
- Em 2011 o projeto Cuidar é Viver, em parceria com a Danone, formando 1300 cuidadores de idosos.
- Em 2020 o projeto Todos pela Saúde – um programa de prevenção à COVID-19 nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em todo o território nacional, em parceria com o Itaú Unibanco.

B) Portal do Envelhecimento <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/>

É formado por profissionais de diversas áreas e oriundos de diversas regiões do Brasil e de outros países, todos estudiosos do processo de envelhecimento na perspectiva do ser que envelhece e não unicamente que adocece.

Foi criado em 2004 quando era apenas um dos projetos do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento – Nepe, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e que, em 2006, ao tomar caminhos para além da academia migrou para o OLHE, ficando ali até 2013.

Em 2010 iniciaram a publicação da Revista Portal de Divulgação (2010-2018), que passou a se chamar Revista Longeviver a partir de 2019, que traz artigos ligados à velhice, envelhecimento e longevidade humana com rigor, simplicidade e acessível ao leitor não especialista.

Em 2014, tornou-se uma empresa de negócio social, com a mesma missão: transferir informações qualificadas sobre a velhice e o envelhecimento possibilitando o acesso democrático ao conhecimento sobre esta instigante fase da vida. Nesse mesmo ano também nasceu a editora Portal Edições, surgindo como resultado de anos de história do website Portal do Envelhecimento.

Em 2019 nasce o Espaço Longeviver, um ambiente acolhedor de formação qualificada continuada e inicialmente presencial sobre os mais diversos temas relacionados a vida e ao nosso envelhecer, a partir das experiências do grupo.

O Portal oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento sobre o longeviver ao público proporciona, além de maior democratização do conhecimento, a consolidação da cultura da longevidade, que é um dos seus objetivos fundamentais

C) Observatório Nacional do Idoso/Fiocruz

<http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/observatorio/index.php>

É uma iniciativa da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz.

Funciona como um espaço permanente e interativo de intercâmbio de informações entre as equipes dos Centros de Atenção e Prevenção a Violência contra a Pessoa Idosa e demais usuários, estando atualmente em funcionamento 18 Centros no país.

Estes centros são serviços de prevenção e apoio a idosos vítimas de violência e maus-tratos y constituem uma das estratégias de ação prevista no Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2007-2010), da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, através da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e estão vinculados tanto a Instituições Governamentais como Não-Governamentais.

Os centros oferecem os seguintes serviços:

- fornecer orientação geral sobre Direitos Humanos a qualquer idoso vítima de violência e maus-tratos, informando sobre as garantias legais e encaminhamentos para serviços especializados de atendimento a cada caso específico;
- prestar atendimento especializado em Direitos Humanos e Cidadania à população idosa, desenvolvendo ações de atenção, prevenção e promoção de cidadania jurídica, psicológica e social por meio de uma equipe multidisciplinar;
- oferecer serviços de mediação de conflito, como instrumento capaz de possibilitar a melhoria da qualidade de vida das partes envolvidas no conflito.

Sendo seu objetivo principal oferecer um atendimento humanizado à população idosa e que tenha sido desrespeitada em seus direitos

D) Observatório Paranaense do Envelhecimento Saudável

<https://portal.utfpr.edu.br/extensao/programas-e-projetos/campus/pato-branco/observatorio-paranaense-do-envelhecimento-saudavel-opes>

É uma iniciativa da Equipe de Extensão UTFPR Cidade Amiga do Idoso, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Câmpus Pato Branco. Trata-se de um centro de referência para o desenvolvimento de ações e de projetos voltados para o envelhecimento saudável da população local, regional e paranaense, além de apoio a gestores no que tange a políticas públicas de inclusão social.

Seus objetivos são: apoiar, participar, contribuir, propor, acompanhar, analisar e avaliar ações e projetos voltados para o envelhecimento saudável da comunidade local, regional e paranaense.

Como se pode ver, os dois observatórios de referência no Brasil acima citados surgem do mesmo lugar, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento (NEPE), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e numa perspectiva semelhante. No caso do Paraná, do qual não se tem muitas referências, tem um caráter territorial específico ao ser limitado a um único estado. E o de Fiocruz de um tema mais específico: a violência contra os idosos.

Observatório Paraense de Longevidade- OPL

O estado do Pará convive com uma expectativa de vida cada vez mais alta e com uma população idosa cada vez mais numerosa. A média da expectativa de vida no Pará era de 71,68 anos em 2020, enquanto, no mesmo ano, a expectativa de vida no Brasil era de 76,8 anos em 2020 (IBGE, 2021). Ainda em 2020, o número de pessoas idosas no Pará era de 129.929 para uma população geral de 8.724.642 - uma proporção de 9,1% (Anuário do Pará, 2021).

O panorama demográfico do estado do Pará aparece no cotidiano da população que lida com as demandas das pessoas idosas em termos de manutenção da vida social, preservação da saúde, suficiência de renda, adequação da moradia, adaptação das cidades, entre outras possibilidades de existência ativa e saudável. E, para a parcela da população idosa vulnerável, que requer políticas e serviços públicos, o Pará tem ainda vários desafios.

Para enfrentamento dos desafios mapeados, investigadores do Grupo de Pesquisa CNPq “Gestão Social e Desenvolvimento Local” (Gesdel), da Universidade da Amazônia (UNAMA), elegeu como estratégia a criação do Observatório Paraense de Longevidade (OPL), que tem como principal objetivo fortalecer os conselhos municipais de direitos da pessoa idosa na provisão de políticas públicas que garantam melhor qualidade de vida a essa parcela da população, bem como contribuir para e com o debate sobre longevidade.

O grupo Gesdel definiu três grandes áreas de ação por ser caráter estratégico para alcançar a população em geral e a população idosa em particular, confluindo para o fortalecimento dos processos relativos à longevidade no estado. São elas: (1) Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa; (2) Escolas Amigas da Pessoa Idosa e (3) Municípios.

À primeira área, de “Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa”, são atribuídas a defesa e a proteção dos direitos dos idosos, embora ainda pouco conhecidos ou inexistentes em localidades do Pará. Do total de 144 municípios paraenses, há registro no Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) de 41 municípios com conselho, sendo apenas 23 conselhos municipais estão ativos. Nos demais municípios ou nunca existiram ou foram criados e não prosseguiram.

A extrema relevância dos Conselhos – para além da defesa e a proteção dos direitos dos idosos – é o mecanismo de financiamento de ações, programas, projetos e iniciativas voltadas à população idosa. Para esse financiamento, o governo promulgou a lei de criação do “Fundo do Idoso” - Lei Nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que “Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995.”.

O Fundo do Idoso é provido de recursos financeiros doados por pessoas físicas que efetuam declaração completa de Imposto de Renda e pessoas jurídicas que sejam tributadas pelo lucro real. Esses recursos são gerenciados pelo Conselho Municipal para aplicação em políticas públicas definidas no âmbito do Conselho, conforme regimento interno e legislação específica. O Fundo viabiliza a realização de projetos e iniciativas

dirigidas à população idosa. No Pará, apenas seis dos 23 conselhos municipais ativos têm Fundo do Idoso.

Propiciada pelo Fundo da Pessoa Idosa, a dinamização da economia municipal e estadual é resultado da atuação do conselho ativo e do uso do Fundo. Com essa medida, o Gesdel pode enfrentar parte dos desafios do envelhecimento populacional no Pará. Mas, precisa expandir a rede de conselhos e de Fundos.

Em nossa segunda área de abordagem, outro bloco de questões a serem resolvidas no Pará reside na educação escolar em que a familiarização das crianças e adolescentes com os desafios interpostos à sua sociedade, prepara o grupo da infância e adolescência para o futuro repleto de pessoas idosas com requisitos de vida específicos. Nesse caso, o grupo Gesdel se alinha ao Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), que estabelece no CAPÍTULO V - Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Art. 22, que "Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.”.

Esse trecho do Estatuto da Pessoa Idosa evidencia que os conhecimentos de crianças e jovens sobre a longevidade e as pessoas idosas contribuem para a compreensão do processo de envelhecimento e para boas relações entre gerações.

No início do ano letivo de 2022, o Gesdel estimulou escolas de educação básica no sentido de produzirem trabalhos sobre a velhice – fossem trabalhos sobre pessoas idosas da família ou conhecidas dos alunos, fosse qualquer tema do envelhecimento. As atividades receberiam um certificado de “amigas da pessoa idosa”, fornecido pelo Observatório Paraense de Longevidade.

Participaram 10 escolas da periferia de Belém com trabalhos indicativos da tomada de consciência sobre a prevenção de riscos e os cuidados requeridos por pessoas idosas vulneráveis. A entrega dos certificados foi realizada no dia 10 de fevereiro de 2023.

Figura 1 – Colagem de fotos do evento de certificação



Fonte: Acervo particular do Observatório Paraense de Longevidade (OPL)

Uma terceira área de abordagem de questões da longevidade no Pará, os municípios se constituem como unidades da administração pública onde tudo acontece – enquanto

estado e país são abstrações, o município é o lugar do cotidiano das populações e de seus relacionamentos. A gestão pública municipal utiliza saberes, técnicas e práticas para proporcionar bem-estar à população local.

O Observatório Paraense de Longevidade (OPL) tem o Município como uma de suas áreas estratégicas, selecionado para integração de políticas para a população idosa. Há uma variedade grande de possibilidades para a realização de ações e programas que podem ter o OPL como fonte de consulta e de articulação entre governo e organizações da sociedade civil.

O OPL é uma plataforma desenvolvida com o aplicativo WordPress e plugins do Elementor, tendo o domínio: <https://observatorioparaensedelongevidade.com/> e a estrutura baseada nas três áreas acima citadas: Conselhos, Escolhas e Municípios.

Além dessas áreas, o OPL tem espaços para publicação de conteúdos relacionados aos objetivos de fortalecimento da longevidade no estado do Pará. Conta com seção de notícias e eventos, seção de destaque dinâmico (formato “carrossel”), links úteis, seções emolduradas para informações de primeira página, um menu de identificação do OPL e um espaço para os nomes dos parceiros.

Figura 2 – Layout proposto e implementado



Fonte: elaboração própria

A composição do OPL conta com um grupo de coordenação, com responsáveis setoriais e com integrantes de um Conselho Consultivo de Especialistas

Figura 3 – Composição do OPL

<p>Coordenações Coordenador Geral – Jones Nogueira Barros - Unama e Gesdel Coordenadora Adjunta – Carmen Pineda – Gegop e Gesdel Coordenadora Editorial – Silvia M. M. Costa – Gegop e Gesdel Assistente Editorial - Deocratias Cirhakarula Muderwa – Unama e Gesdel</p> <p>Responsáveis Setoriais Relações Internacionais – Carmen Pineda - Gegop e Gesdel Municípios – Ticiane Santos - Unama e Gesdel Escolas – Suany Anjos e Jones Nogueira Barros - Unama e Gesdel</p> <p>Equipes Tecnologia – Plínio Moreira – Gesdel</p> <p>Conselho Consultivo de Especialistas Simone Martins – Universidade Federal de Viçosa, grupos de pesquisa Gegop e Gesdel Rosa Roig – Universidade de Valencia, Espanha Andréia Ribeiro – Universidade Federal de Viçosa Mario Vasconcellos – Unama e Gesdel Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos– Unama e Gesdel</p>

Fonte: elaboração própria

Reflexiones finales

Como pudemos constatar durante a investigação, não existem muitos observatórios sobre envelhecimento ou longevidade. Ao contrário do que ocorre no caso de outras políticas públicas. Acreditamos que a razão fundamental é que essa política pública está atrasada, pois há muito tempo não é considerada uma questão prioritária. Mas o rápido aumento da expectativa de vida no Brasil, que em poucos anos passou de um país de jovens para uma população mais idosa, a pandemia de Covid-19 e todo tipo de problemas que surgem devido a essa situação, fizeram com que se tornasse uma questão prioritária para o estado.

Mas esta não é a única mudança, em pouco tempo a questão da população idosa deixou de ser uma questão de saúde e cuidado para se tornar uma questão de direitos humanos. As pessoas, independentemente da idade, raça ou religião, são cidadãs e, portanto, titulares de direitos e deveres. E o Estado deve proteger esses direitos como protege os outros cidadãos e não ignorá-los. Para isso, é muito importante tê-los, pois não é possível manter em silêncio uma parcela cada vez mais ampla da sociedade. Além disso, deve-se conseguir que a sociedade valorize os idosos como membros fundamentais da mesma e para isso é importante o papel que a educação deve desempenhar neste processo.

Por fim, apontar a importância que isso ocorre em todo o território brasileiro. O Brasil é um país muito desigual, tanto a nível individual como territorial, por isso é muito

importante garantir que as políticas cheguem e sejam implementadas em todo o território e para todas as pessoas.

O Observatório Paraense da Longevidade visa ajudar e acompanhar os idosos no Pará para que se tornem cidadãos em um país cada vez mais igualitário.

Referências

ABDALA, Vitor. **Expectativa de vida no Brasil sobe para 76,8 anos**. Agência Brasil, 2011. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/expectativa-de-vida-no-brasil-sobe-para-768-anos>. Acesso em: 3 fevereiro 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: 15 fevereiro 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/01-10-dia-nacional-do-idoso-e-dia-internacional-da-terceira-idade/>. Acesso em: 05 fevereiro 2023.

MORAIS, Neira de. Observatórios de políticas públicas no Brasil: “Quem somos”. **Conhecer: debate entre o público e o privado**. v. 8, n. 21, p. 45-59. 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1068/4455>. Acesso em: 2 março 2023.

OBSERVATÓRIO. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Observat%C3%B3rio>. Acesso em: 28 fevereiro 2023.

SIQUEIRA, C. E.; CARVALHO, F. The Observatory of the Américas as a network in environmental and worker health in the América. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 897-902, 2003.

TRZECIAK, Dorzelli Salete. **Modelo de observatório para arranjos produtivos locais**. Orientadora: Aline França de Abreu. 2009. 236 f. Tese (Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92679/275311.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 março 2023.

WIKIPEDIA. Observatório. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Observat%C3%B3rio>